

## **AS PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA – PARADOXOS ENTRE O URBANO E O RURAL: UM ESTUDO DE CASO**

**Monique Bruna Silva Carmo<sup>1</sup>**  
**Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP**  
**moniquebruna@ymail.com**

**Sandra Maria Fonseca da Costa<sup>1</sup>**  
**Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP**  
**sandra@univap.**

### **Introdução**

O processo de urbanização brasileira, a partir da década de 1960, adquire novas dinâmicas e incorpora novas técnicas. Estas técnicas inserem áreas distantes a esse processo, uma delas é a região Amazônica, cujas novas técnicas foram acompanhadas por conjunto de políticas governamentais que promoveram a instalação de atividades industriais e uma nova forma de organização da agricultura.

Entre os anos de 1991 e 2000, a Região da Amazônia passou por uma intensificação do processo de urbanização, que se refletiu no aumento do número de cidades, porém o seu tamanho demográfico diminuiu. Para Becker (2001), estas cidades da região Amazônia tiveram um papel logístico que foi determinante para o processo de ocupação destas áreas. Utilizando-se dos termos de Becker (1985), é partir da década de 1980 que a floresta passa a ser considerada urbanizada. Os núcleos urbanos adquirem extrema importância para o mercado regional e também para a produção sócio espacial. Estas mudanças podem ser observadas na estrutura de articulação do território, intensificação da industrialização em áreas estratégicas para economia, estruturação do espaço urbano, entre outros aspectos. Segundo Costa et al (2012), com essas mudanças estruturais tem-se, como resultado, um aumento da migração em função de procura por trabalhos, desflorestamentos, impacto na cultura local seja nas relações social ou

ecológicas, inserção de novos e grandes projetos industriais, desterritorialização, problemáticas ambientais, ausência do poder público, conflitos sociais e ambientais.

Desde 1950, o cenário urbano brasileiro vem sendo modificado pelas novas configurações dos núcleos urbanos. Para Costa et al. (2012), são “configurações de nucleação esparsa, litorânea e desarticulada”. As transformações são visíveis pelas alterações nos assentamentos, uso da terra, fluxos migratórios e crescimento do espaço urbano, principalmente após as décadas de 1970. Apesar de grande parte das cidades localizadas no estuário do rio Amazonas terem suas atividades ligadas diretamente aos recursos da floresta, Barcarena, localizada no estado do Pará, não possui a mesma base econômica. O município é a única cidade do estuário, fora da Região Metropolitana de Belém, a obter arrecadações de impostos predominantemente provenientes da indústria. Esta indústria foi e continua sendo a grande responsável pelas alterações no espaço urbano e rural da cidade. O município de Barcarena possui sua econômica de base industrial desde os anos de 1990, momento em que a empresa Albrás/Alunorte passa a desenvolver suas atividades no município.

A empresa foi à grande responsável pela expansão do núcleo da Vila dos Cabanos, planejada para atender as demandas que iriam servir a empresa, tais como: residência para os trabalhadores, instalação de comércio, saúde, educação, entre outros. Apesar de o motor econômico da cidade ser a atividade industrial, mais de 60% da população está localizada no espaço rural, enquanto os outros 40% residem em áreas urbanas. Este fator nos leva a questionar o que de fato ocorre nesta cidade, assim, questionando também como foi feita a categorização do espaço urbano e rural segundo os órgãos públicos, em conjunto IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a PMB (Prefeitura Municipal de Barcarena, uma vez que os espaços se mostram tão distintos se levarmos em consideração os padrões adotados para descrever o espaço urbano e rural brasileiro).

Neste sentido, o presente artigo procurou identificar quais são os paradoxos existentes entre o urbano e rural no município de Barcarena, localizado no estado do Pará. Para realizar essa pesquisa, foram aplicados formulários aos moradores urbanos. Para aplicação dos formulários foi feito um recorte na área de estudo, selecionando duas áreas de Barcarena: Vila dos Cabanos (rural) e Barcarena (sede urbana). Os formulários

foram aplicados de acordo com o setor censitário, definidos com base no banco de dados do (IBGE 2010), considerando o nível de certeza de 95%, em um universo de 500 domicílios, foram aplicados 218 questionários na Vila dos Cabanos; e para um universo de 1000 domicílios, 278 questionários em Barcarena (sede). Seguindo as normas, os formulários foram aplicados somente após a aprovação do CEP da UNIVAP- Comitê de Ética em Pesquisa, sob aprovação nº 24297113.3.0000.5503. Cada formulário foi composto por seis questões referentes ao perfil dos moradores com objetivo de identificar a existência da relação dos moradores com os bairros, ou seja, se o morador da Vila dos Cabanos está de alguma forma ligada ao bairro de Barcarena (sede), ou se o morador de Barcarena (sede) possui algum vínculo com o bairro da Vila dos Cabanos. Além desses dados censitários e aplicação dos formulários, foi elaborado um banco de dados com essas informações, e esses dados foram manipulados no software ArcGis, o qual também foi utilizado para mapear o crescimento urbano, por meio de imagens de sensoriamento remoto, obtidas entre os anos de 1984 e 2010. Também foram levantadas informações na Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB), tais como: Planta Geral de Barcarena, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e Código de Postura e Código de Conduta.

### **O Urbano Contemporâneo na Amazônia: Que Urbano é esse?**

Segundo Castro (2009), a atual sociedade da Amazônia expressa uma maneira de vida contemporânea, o que de fato resulta em diferentes espaços de classes sociais e espaços desiguais. Estes espaços foram, desde o início de sua ocupação, espaços estratégicos para o Estado que deveriam ser assegurados e fortificados. Mediante ao ciclo da borracha citado por Corrêa (1987), a periodização da rede urbana da Amazônia, vai caracterizar uma nova organização espacial. As fronteiras se abrem, dando condições para o surgimento de novos povoados, posteriormente dando origem a várias cidades, algumas se fortalecem mais do que outras, de forma mais expressiva, como Belém e Manaus, dando chances para que a expansão urbana atingisse novos caminhos.

No século XX, a paisagem da Amazônia começa a se mostrar urbanizada, e este processo de urbanização foi induzido, em grande parte, pela intervenção estatal na década de 1960, pois o Estado não tinha apenas o controle das terras como também era o financiador. Em 1950 e 1960, ocorreu outra forma de ocupação intensa na Amazônia, ocasionada por camponeses e fazendeiros, o que causou conflitos de terras. Esta luta de forças, proporcionaram e incentivaram a formação de grupos empresariais que se fortaleceram diante dos conflitos e garantiram seu espaço diante do novo cenário local e regional.

Segundo Costa et.al (2010), esta fronteira agrícola nasce como urbana, devido às migrações que são favorecidas pelo incentivo governamental, constituindo, assim, um aumento na força de trabalho para as áreas que seriam conhecidas como produtoras. Na década de 1980, a urbanização da Amazônia vai se mostrar de forma mais intrínseca, porém estas novas formas do espaço urbano não foram acompanhadas de melhorias em termos de qualidade de vida.

Os núcleos urbanos da Amazônia nasceram, cresceram e ainda continuam crescendo tendo como base a circulação das matérias primas exportadas (Becker, 2001), e os pequenos núcleos também possuem estes fluxos. Os serviços mais importantes estão sempre localizados nas áreas mais desenvolvidas, onde estão localizados os centros industriais e de logística. Nas demais cidades, o trabalho informal predomina, há uma população pobre que está a quilômetros dos grandes centros, há ausência de investimentos e de novos empreendimentos, o que impossibilita a geração de empregos formais, de renda e de serviços.

A ocupação do território Amazônico, incentivada pelo governo federal, atraiu o capital privado para a região e incentivou a instalação dos grandes empreendimentos, sem que os mesmos proporcionem o retorno necessário para as cidades (SCHMINK, 2012). Esta forma de organização espacial da Amazônia Contemporânea foi enfatizada seguindo um conjunto de estratégias de políticos e planejadores do Brasil, que buscaram o ideal desenvolvimentista e gerou, assim, um novo sistema de capital e investimento estrangeiro, fazendo com que ocorresse a expansão de empreendimentos nas cidades da Amazônia e elevasse as taxas de crescimento.

Essas cidades contemporâneas da Amazônia apresentam formas distintas das formas das florestas, que se confundem aos novos modos de vidas nas cidades. “As possibilidades da racionalidade de planos urbanos, ou as preocupações com o saneamento, urbanismo e embelezamento, são excluídas pela expansão das formas privadas de apropriação do espaço, admitindo, neste caso, áreas de segregação, exclusão e invasão” (VICENTINI, 2004, p. 178,). As novas cidades “contemporâneas”, como por exemplo, Barcarena, fazem parte dos novos projetos empresariais, chamados de *New Towns* da Amazônia. Estas *New Towns* agregaram uma série de desejos de modernização do espaço, deixando de considerar neste conjunto a cultura da população local e os costumes de vida tradicionais desses espaços. Assim, com o novo tecido urbano, os meios tecnológicos se estabelecem de forma única no território que se apropriam das tradicionais formas de subsistência na região (VICENTINI, 2004), e com a implantação destes novos espaços de exploração (indústrias), garantem a mão de obra barata, essencial para esses espaços produtivos.

O espaço ganha a sua verdadeira importância a partir do momento que passa pelo processo de transformação, conhecidas, segundo Santos (1995), como “coisas artificiais”. As “coisas artificiais” são os grandes projetos que estão localizados no espaço e que criam uma nova organização territorial, resultando em uma produção histórica criada pelo homem, que passa a negar o espaço natural. A história da ocupação da Amazônia registra diferentes fases de organização e integração econômica. A inserção da tecnologia no território foi responsável pela integração da economia da Amazônia.

“A articulação de novas relações empresarias, especialmente no final dos anos de 1990, foi frequentemente condicionada por mudanças nacionais de economia política, com repercussão nas políticas estatais que regularam o desempenho do setor petroquímico” (GUNN, 1995, p.121). O período de mudança baseada nas experiências dos polos, que gerenciados pelo Estado Brasileiro, tratavam de planejamentos centralizados e estratégicos, que cede forças para uma situação intermediária, liderada por um pensamento neoliberal com pactos de privatização com modelos de integração concorrencial (GUNN, 1995). “Até fins de 1988, tratava-se de um ‘momento’ ainda dominado pelo peso de um regime de planejamento estatal dirigista que é, concomitantemente, a conclusão de um momento de gestão das forças empresarias regionalizadas” (GUNN, 1995, p.123).

## Os Olhares Urbano e o Rural na Amazônia

No que se refere à definição do que é urbano e rural, não somente na Amazônia mas também nas outras cidades Brasileiras, é um paradoxo a ser definido. Apesar de existir estudos sobre estes espaços, a sua categorização ainda é dada de forma insipiente. O vício de associação do rural com aquilo que é ligado à precariedade e carência de infraestrutura, na verdade não foi abandonado. Essa caracterização, seguindo a lógica de que o rural está ligado ao “atraso”, deve ser repensada de forma mais cautelosa. Seguindo as definições mais precisas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), define como rural (Lei municipal em vigor em 1º de setembro de 1991), a área situada fora dos limites do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Quanto ao urbano, são consideradas as áreas correspondentes às cidades (sedes), vilas ou áreas urbanas isoladas. Trabalhos mais recentes mostram que as definições utilizadas por países europeus e norte-americanos definem estas áreas de acordo com a dinâmica estabelecida com a cidade, no caso da área rural.

É importante considerar estes espaços, porém, separando os conceitos políticos-administrativos do conceito econômico da cidade. De acordo com Endlish (2006), o rural é delimitado de acordo com os vínculos às atividades que são exercidas no campo e que estão ligadas à agropecuária. O espaço urbano deve estabelecer as atividades ligadas aos setores secundário e terciário, sob o ponto de vista econômico, englobando uma porção total de habitantes que vivem do produto industrial e também do comércio desde que não esteja ligado à agricultura. Entretanto, definir o urbano x rural pela atividade econômica fica cada vez mais controverso e difícil de se entender. Segundo Abramovay (2000), grande parte dos moradores rurais, já não trabalham mais com atividades ligadas ao campo (agricultura) ou não possuem vínculos quaisquer ligados ao campo, por este motivo deve-se tomar cuidado quando nos referimos ao rural como aquela população que depende das atividades do campo ou que trabalham no campo. “O desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele” (ABRAMOVAY, 2000, pg12).

Veiga (2002), em *Cidades Imaginárias*, diz que o Brasil é menos urbano do que se parece, as vilas e cidades surgem sem ao menos terem sido, antes de tudo, uma freguesia. Segundo o Decreto de Lei de 1938, todas cidades sedes e municipais se tornaram estruturais e existentes, independente se tivessem características estruturais e funcionais. A definição do censo do IBGE (1991), favoreceu a concepção de que toda área sede administrativa de um município deve ser categorizada como urbana. Em 2014, a mesma definição e nomenclatura ainda é utilizada. Sua importância se dá muito mais pelo fato de ter uma dinâmica do que por ser um espaço rural ou urbano, e a terra rural, neste caso, passa a ser vendida não mais em hectares, mas sim em metros quadrados, e a forma como este espaço será negociado poderá ser tanto por especulação imobiliária quanto por assegurar a terra para vendas futuras, funcionando como estocagem.

Os moradores deste novo espaço são aqueles que estavam no rural, passando a ter suas funções, culturas e modos de vidas dependentes do urbano. Este espaço periurbano deve ser analisado tanto pelas suas relações entre a cidade e o rural quanto pela conjuntura econômica, social e cultural. Os critérios adotados para definir os espaços urbanos e rurais dos municípios Brasileiros, sejam eles de décadas passadas ou de agora, ambos são os mesmos utilizados nos dias de hoje, seguindo sempre uma lógica de interesse político que favorece sempre o fortalecimento de determinados grupos empresariais.

Nunes (2009) destaca que apesar da população que vive no espaço da Amazônia se mostrar em grande parte urbanizada, ainda há uma parcela que habita áreas significativas não-rural que não é considerada. Apesar de estarem em pequenas cidades, que mais refletem uma paisagem e modo de vida rural, são considerados urbanos. Estes fatores nos mostram o quanto é importante discutir a dicotomia entre o espaço urbano e rural, apesar de existir inúmeras discussões. Na prática, observamos distinções entre o urbano e o rural, e essa discussão deve ser repensada uma vez que se faz necessário levar em consideração o continuum existente entre ambos. Limitar-se às relações entre o espaço urbano e rural sob uma ótica de infraestrutura é controverso e limitado.



## Cidades Na e Da Floresta

As cidades da Amazônia tiveram uma grande importância na organização espacial da Região, desde as cidades portuárias que abrigavam os portos que exportavam produtos para o exterior, como, por exemplo, o caso de Belém e Manaus, e as cidades que tinham um papel de caráter comercial, as quais, segundo Castro (2008, p.18), caracterizaram a estruturação urbana da Amazônia como um ambiente de fluxos econômicos. As cidades são diferenciadas pelos padrões espaciais, definições propostas por Trindade Junior et al. (2010, p.37). Apesar de observamos que a ausência de infraestrutura na Amazônia ocorre em grande parte das cidades, o modo de vida ainda assim é considerado urbano. Esses locais sofreram ou são resultados das transformações industriais, econômicas e políticas. Segundo Trindade Júnior (2010), há diferentes relações que se estabelecem entre a cidade e a Região Amazônica, caracterizando uma tipologia de cidades.

As “cidades da floresta”, termo este proposto por autores como J. Browder B. Godfrey e Edna Castro, são, segundo Trindade Junior (2010), tipicamente cidades pequenas, que agregam um modo de vida rural com dependência dos recursos provenientes da floresta. Tais cidades estabeleciam, e ainda estabelecem, relações na escala local e regional. As cidades da floresta são, usualmente, cidades que não acompanharam a modernização urbana e possuem uma realidade econômica e territorial desigual, comparando-as a outras cidades brasileiras.

Em contraposição, Trindade Junior (2010) destaca que há uma outra cidade, cujas relações são diferentes, as “Cidades na Floresta”, que se caracterizam por não dependerem 100% da economia proveniente dos recursos da floresta.

Sua articulação ocorre no âmbito externo à região, com vínculos não ligados mais diretamente aos recursos da floresta. Os costumes do modo de vida cabloco foram alterados como uma forma de negação ao “arcaico”, substituído pelos novos costumes “urbanos”. O espaço da “floresta” se tornou um meio de exploração apenas das atividades para abastecer o mercado global. A realidade local desta cidade fez com que perdessem seu espaço por relações do mercado global, e essa modernização veio acompanhada das novas técnicas aplicadas pelos objetos. Estes



objetos transformarão os espaços, reconfigurando o território de acordo com seus interesses.

Os objetos atuam nas cidades da Amazônia, assim como nas demais cidades brasileiras, como meios técnicos, tornando-se diferenciados por serem portadores de informações que os articulam dentro e fora do território. Os objetos representam os grandes projetos modificadores e reestruturadores do espaço, que buscam atender as próprias necessidades de mercado, técnicas de produção, circulação e consumo.

Nesse aspecto, muitos projetos que se localizam nas cidades da Amazônia são de predominância de exploração mineral. Estes grandes projetos são responsáveis pelo surgimento das *Company Towns*, cidades contruídas ou planejadas, especificamente, para atender as necessidades destes grandes empreendimentos, configurando uma “cidade na Floresta”. O município de Barcarena, área de estudo desse artigo, é um exemplo desse caso.

### **Paradoxos Entre o Urbano e o Rural em Barcarena**

O município de Barcarena, localizado na região estuarina do Rio Amazonas, faz parte da Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará (Figura 1), possui limite com os municípios de Acará, Moju, Abaetetuba e Belém, com a Baía de Marajó e a Baía de Guajará. Sua área total é de 1.316,2 km<sup>2</sup>, e seu território é dividido em pequenas ilhas, como: ilha das onças, do Ipiranga, Trambioca, Mucura, Arapari, e outras.

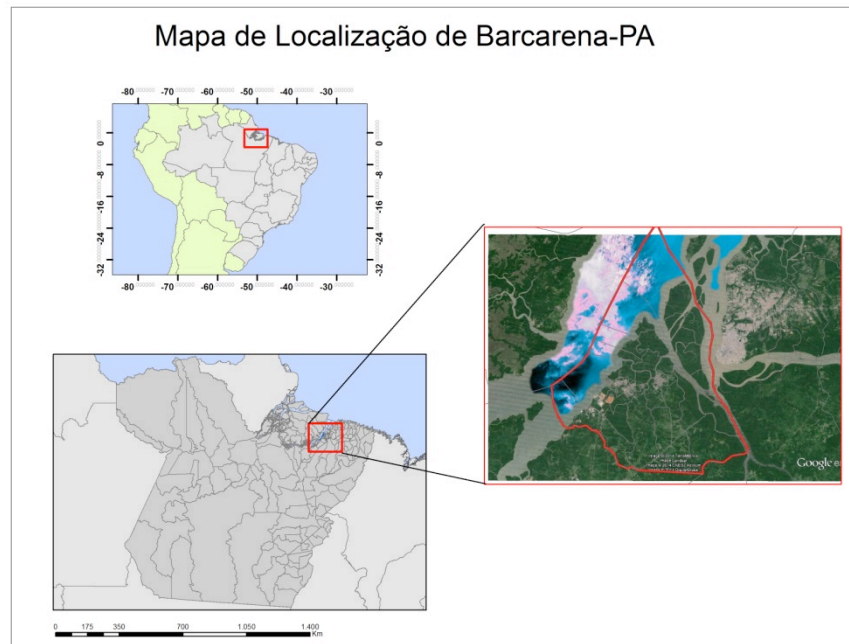


Figura 1. Mapa de Localização de Barcarena

Fonte: autores (2014).

Na década de 1980, o município recebeu a empresa Alunorte, a partir do interesse de japoneses das multinacionais produtoras de alumínio. Durante o período de 1980, a divisão internacional do trabalho na Amazônia presenciou um avanço sobre o crescimento dos efeitos espaciais e do processo de reorganização do espaço. A instalação das indústrias foi uma das atividades que mais cresceram na região. Segundo Nahum (2006), é neste momento que o espaço assume o papel de avalista de internalização dos interesses externos, favorecendo para que surgissem novos e grandes projetos, como as de extração de minério. Neste sentido, o Estado funcionou como um mentor da expansão dos empreendimentos e este fator é de extrema importância, pois é ele que vai condicionar a expansão urbana local. No caso da área de estudo, por oferecer condições de trabalho e necessitar de mão de obra barata para as indústrias.

Ainda segundo Nahum (2006), o governo federal condicionou a ida para estas regiões para que se tornassem um polo industrial de alumínio. A Alunorte/Albras seria importante não somente para concretizar uma estratégia nacional de um polo industrial de alumínio na Amazônia Oriental, mas também para catalisar o desenvolvimento econômico e social (figura 2).



Figura 2 – Fotografias das instalações atuais da empresa ALBRÁS.

Fonte: autores (2014).

Para que esta empresa se instalasse, foi necessário que o Estado atendesse várias exigências, como por exemplo: construção do porto para escoamento da produção, na Vila do Conde, e criação do núcleo da Vila dos Cabanos. Interessante ressaltar que este núcleo foi construído especificamente para abrigar o “novo centro” de Barcarena, moradias para os trabalhadores dessa indústria, para se estabelecerem com suas famílias, assim como escolas e hospitais, que atenderiam esses trabalhadores.

Em função da instalação desses serviços, a Vila dos Cabanos atraiu ainda mais serviços, para atender a demanda da população residente nessa Vila, considerada rural. Foram construídos hipermercados, a infraestrutura urbana melhorou. Criou-se no município de Barcarena uma outra cidade, a Vila dos Cabanos, abrigando a forma “moderna” da vida urbana, sendo que nesse espaço não se observa mais os costumes do cabloco, tão típicos na região do Estuário do rio Amazonas. Na cidade sede, Barcarena, encontra-se a típica pequena cidade da Amazônia. Este espaço continua a manter suas

características e, como as demais cidades do estuário, há carência, ou mesmo ausência de infraestrutura, serviços e várias outras problemáticas urbanas .

Assim, o município além ter uma “cidade na floresta”, Vila dos Cabanos, também mostra suas desigualdades sociais e espaciais na “cidade da floresta”, representada aqui pela cidade sede. São duas realidades urbanas, uma entremeada com a outra, realidades diferentes e de espaços e pessoas que não se conhecem, porém se estranham. Esta dinâmica, importada pelos grandes grandes projetos, reorganizou a paisagem de forma que passou a dar uma nova racionalidade sob a lógica da globalização.

As novas formas de sociabilidade das cidades da floresta não levam em consideração a natureza dos locais, pois o mesmo foi pensado dentro da lógica global e não local. É importante destacar que as arrecadações por parte destes empreendimentos para as cidades quase sempre ocorrem de forma perversa, ou seja, as carências nestas cidades “planejadas” são extremamente visíveis, os assentamentos urbanos irregulares que surgiram ao longo dos anos são resultados negativos desta face empresarial, também marcados pela precária qualidade de vida que está presente em grande parte dos núcleos urbanos da região (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

É importante compreender que a dinâmica existente nessas “cidades da floresta” estão ligadas diretamente aos grandes projetos ou empreendimentos, refletindo nos núcleos urbanos sob o ponto de vista regional e contribuindo para o crescimento local, no qual se tem um espaço socialmente produzido (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A modernização na Amazônia fez com que as formas urbanísticas fossem alteradas por modelos europeus, fez com que o tecido urbano passasse a ter novas formas. O espaço deu lugar a grandes projetos e empresas internacionais. É nesse cenário que Barcarena se insere, como parte da modernização do território.

Segundo os dados do SEPOF - Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças do Estado do Pará (2005), a população total do município de Barcarena, em 1980, era estimada em 20.021 habitantes; em 1991, a população cresceu para 45.946 habitantes. No ano de 2000, a população era estimada em 63.268 habitantes e, segundo o censo do IBGE de 2010, a população era estimada em 99.859 habitantes. Ou seja,

entre os anos de 1980 e 1991 o crescimento populacional foi de 129.48%, enquanto que entre 2000 e 2010 o valor corresponde a 57.83%.

No que se refere à população urbana e rural desse município (gráfico 1), podemos observar que, em 1980, a população urbana representava 33,5% da população total; entre 1980 e 1991, a população urbana cresceu e representava 47,07% do total; porém, em 2000 este percentual apresentou uma queda pequena queda, passando a representar 45% do total e, em 2010, representava, aproximadamente, 36%. A população rural, pelo contrário, ao longo do mesmo período, passou de 66% do total para, aproximadamente, 64%.

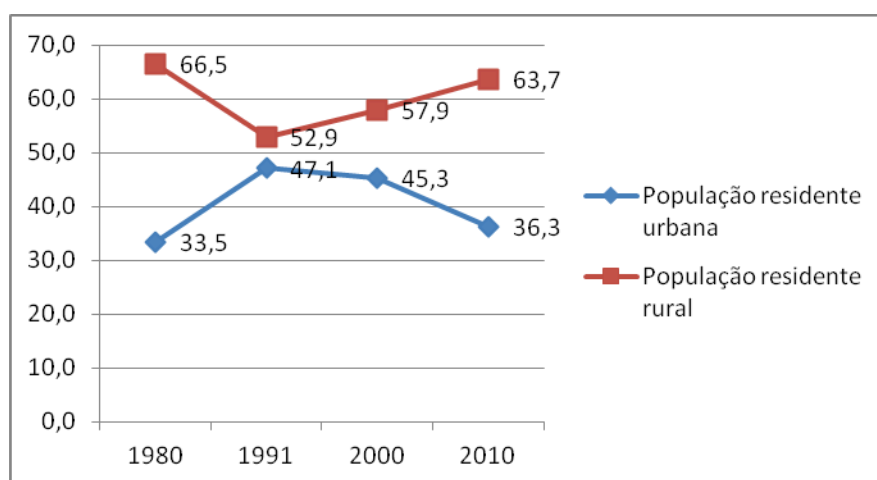


Gráfico 1. Dinâmica da População Urbana e Rural de Barcarena

Fonte: autoras (2012)

Há diferenças visíveis em relação à paisagem entre os esses espaços considerados urbanos, como é possível observar nas figuras 3 e 4. É importante destacar que segundo os dados do IBGE (2010), a Vila dos Cabanos está categorizado como espaço rural e Barcarena (sede) como a única área urbana do Município. Essa discussão entre o urbano e o rural faz parte de um estudo maior, ainda em execução.



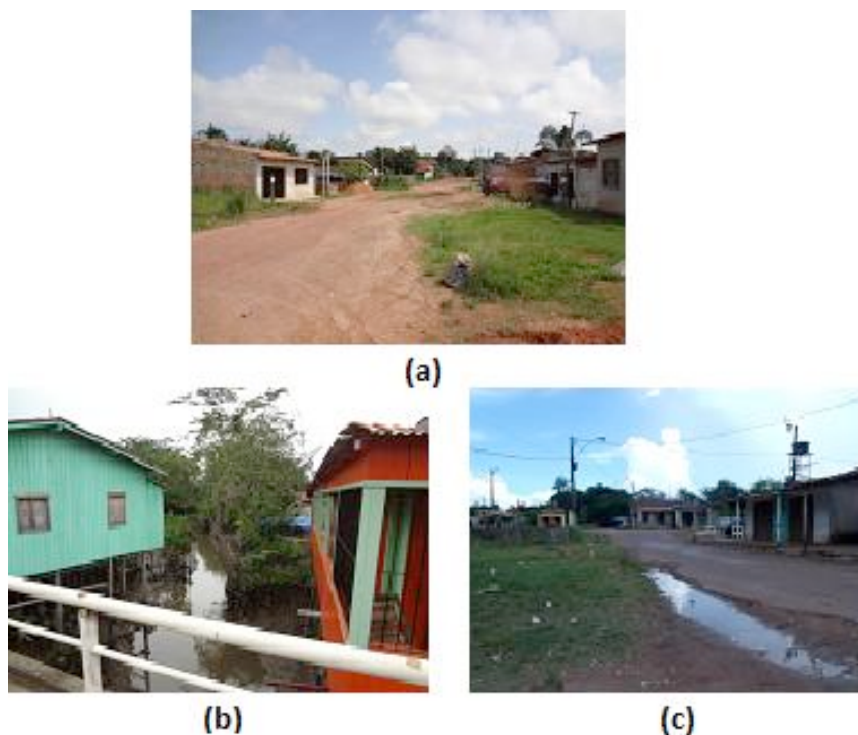


Figura 3. Área Urbana da cidade sede de Barcarena: (a) rua sem pavimentação, próximo à área central; (b) casas palafita; (c) esgoto a céu aberto.

Fonte: autora (2014)

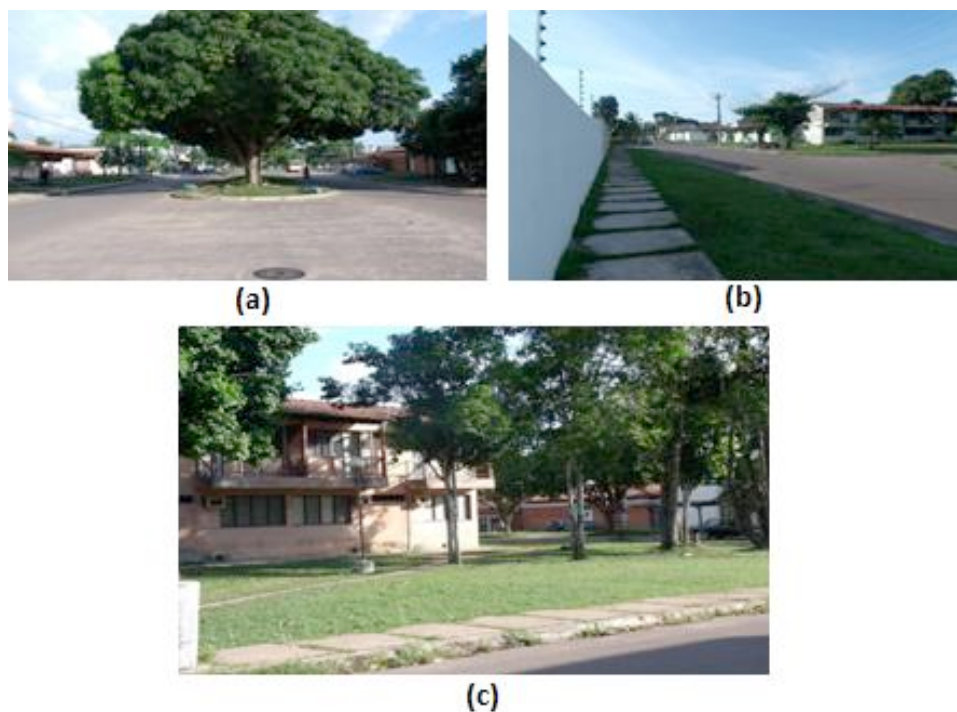


Figura 1. Distrito de Vila dos Cabanos (Área Rural): (a) ruas com pavimentação, (b) casas com cercas elétricas, (c) condomínios residenciais dos trabalhadores da Albrás/Alunorte

Fonte: autora (2014).

Um fator a ser destacado é a forma como os habitantes tratam o centro de Barcarena (sede). Eles a nomeiam de “Velha Barcarena”, este nome foi dado pelo fato de que foi criada outra “área sede”, a Vila dos Cabanos, sendo que nesse local a vida não gira mais em torno da área central de Barcarena (sede), como em outras pequenas e médias cidades da região, e sim em torno dela mesma. A criação do distrito da Vila dos Cabanos fez com que a modernização, novas técnicas e melhores hospitais (que atendem somente aos funcionários da indústria e familiares), além de escolas técnicas, se instalem nesse local, Vila dos Cabanos, tornando essa área a principal e mais desejada como local de residência no município. É importante ressaltar que a criação da Vila dos Cabanos só foi possível mediante a instalação da empresa Albrás-Alunorte, criando nesta área um local único para moradia dos trabalhadores da própria indústria. A Vila dos Cabanos é a caracterizada, segundo IBGE (2010), como Distrito da Vila dos Cabanos, uma área rural, e as definições e os padrões que foram seguidos para esta caracterização não foram identificados no censo do IBGE (2010).

Em trabalho de campo realizado em janeiro de 2014, foram aplicados um total de 508 formulários. Várias informações foram levantadas. Entretanto, dois dados caracterizam o que se afirmou nesse artigo, a cidade na e da floresta, no mesmo município.

Uma das informações levantadas refere-se à profissão do responsável pelo domicílio (tabela 1). Em Barcarena (cidade sede), que representa a vida local, típica da população ribeirinha, fica evidente a dependência dos benefícios sociais e a predominância de trabalhos informais, o que é muito comum nas pequenas cidades da Amazônia. Do outro lado, temos o bairro Vila dos Cabanos, localizado dentro do mesmo espaço geográfico, porém com características bem distintas do que se tem em Barcarena (Sede). Em Barcarena, entre as famílias entrevistadas, predomina a atividade informal (28%), os recursos provenientes da aposentadoria também são significativos para quase 12% das famílias, o emprego público se destaca, para 9,5%; a pesca também surge como uma atividade para 3,6% dos entrevistados, assim como o trabalho na indústria local, para 3,3%. Muitas mulheres desempenham funções em casa (aproximadamente 18%). Na Vila dos Cabanos, predomina o emprego na indústria



(quase 28%), assim como a informalidade se desponta, na figura do autônomo, para, aproximadamente, 28%.

Em relação à média salarial da família (tabela 2), as diferenças também chamam atenção. Em Barcarena (sede) mais de 50% dos domicílios possuem uma renda de até um salário mínimo. Na Vila dos Cabanos, mais de 42% dos domicílios entrevistados recebem mais de cinco salários mínimos. Barcarena (sede) e Vila dos Cabanos são completamente distintas, parecem duas cidades dentro de um mesmo município. A renda da população nesses locais selecionados reforça mais ainda essa diferença.

Tabela 1. Profissão dos responsáveis por domicílio, por setor, no Município de Barcarena.

Setor	Profissões usuais										total
	Não respondeu	indústria	aposentado	desempregado	funcionário público	dona de casa	autônomo	comércio	batedor de açai	pesca	
Barcarena	0,4	3,3	11,7	15,3	9,5	17,9	28,1	9,9	0,4	3,6	100
Vila dos Cabanos	3,3	27,8	5,3	11,9	4,6	7,9	27,8	11,3	0,0	0,0	100

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2014).

Tabela 2 – Renda total do domicílio<sup>1</sup>, por setor, no município de Barcarena

Setor	Renda Total do Domicílio							total
	Não respondeu	> de 1 sal	de 1 a 2 sal	de 2 a 3 sal	de 3 a 5 sal	de 5 a 10 sal	> de 10 sal	
Barcarena	0,4	54,6	29,3	9,2	4,8	1,8	0,0	100,0
Vila dos Cabanos	1,3	2,6	24,5	16,6	12,6	18,5	23,8	100,0

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2014).

<sup>1</sup> O salário mínimo referente ao mês de janeiro de 2014 era de R\$ 724,00 (fonte: [http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/](http://portal.mte.gov.br/sal_min/))

### **Considerações Finais**

Como podemos observar a indústria não somente foi responsável pela transformação física do espaço urbano de Barcarena, como também pela transformação social. As atividades que eram exercidas na floresta passaram a se direcionar para a indústria. No ano de 1990, quando as atividades da indústria passam a ser concretizadas na cidade, a população se insere nas novas atividades industriais.

O município de Barcarena se insere no cenário regional como uma cidade da floresta, pois sua cidade sede reproduz características típicas das pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia. Da mesma forma, por ter um polo industrial de grande importância que abastece o mercado mundial, possui aderência ao mercado global, o qual se manifesta no espaço da Vila dos Cabanos, uma cidade na floresta. Um paradoxo *sui generis* e merece uma atenção especial no sentido de compreender, com mais profundidade esses processos e seu rebatimento no território.

### **Agradecimentos**

Os autores (as) agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro fornecido a esta pesquisa, por meio da concessão de bolsa de Mestrado no País e bolsa BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior). Agradecem também ao Professor Eduardo Brondizio, do Departamento de Antropologia da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos e ao ACT ( Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change) pelo apoio técnico e de infraestrutura fornecido a essa pesquisa. À Prefeitura Municipal de Barcarena, pelas informações cruciais disponibilizadas para as análises aqui realizadas e principalmente à população de Barcarena pela atenção, durante a coleta de dados.

**Referências Bibliográficas.**

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2000. 31 p. (Texto para discussão n. 702).

BECKER, B. K. A Especificidade do Urbano na Amazônia: Desafios para políticas Públicas Consequentes. Estudo elaborado para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia. Legal – Ministério do Meio Ambiente. 1998, 60p.

BECKER, B. K. Amazônia. Ed. Ática. São Paulo. 5ª edição. 1997, 112 p.

BECKER, B. K. Em colaboração com Miranda, M.P. O papel das cidades na ocupação da Amazônia. In: Seminário de tecnologias para os assentamentos humanos no trópico úmido, IPEA/ECLAC, Manaus, 1987.

BECKER, B. K. Fronteira e Urbanização Repensadas. Revista Brasileira de Geografia, 51 (3-4): 357-371 1985.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? (versão preliminar), Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território/UFRJ. 2001.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. Rainforest Cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. N.Y: Columbia University Press, 1997, 429p.

BRONDIZIO, E. S. "Footprints of the past, landscapes of the future: historical ecology and the analysis of land use change in the Amazon." In W. Balée and C. Erikson (eds.) Time and Complexity in the Neotropical Lowlands: Studies in historical ecology. New York: Columbia University Press. 2006

BRONDIZIO, E. S. "The Amazonian Caboclo and the Açaí palm: Forest Farmers in the Global Market." New York: New York Botanical Garden Press. 2008.

BRONDIZIO, E., MORAN, E.; MAUSEL, P.; WU, Y. Land use change in the Amazon estuary: Patterns of caboclo settlement and landscape management. Human Ecology 22: 249-278, 1994.

BRONDIZIO, E.S. Agroforestry intensification in the Amazon estuary. Pages 88-113 in T. Granfelt, ed. Managing the Globalized Environment: Local Strategies to Secure Livelihoods. IT Publications, London. 1999.

BRONDIZIO, E.S., C.C.M. Safar, and A.D. Siqueira. (2002). The urban market of Açaí fruit (*Euterpe oleracea* Mart.) and rural land use change: Ethnographic insights into the role of price and land tenure constraining agricultural choices in the Amazon estuary. Urban ecosystems (1/2): 67-98.

BRONDIZIO, E., MORAN, E.; MAUSEL, P.; WU, Y. Changes in land cover in the Amazon estuary: Integration of thematic mapper with botanical and historical data. Photogrammetric Engineering and Remote Sensing 62: 921-929,1996.

BRONDIZIO, E.S., S. MCCRACKEN, E.F. MORAN, A.D. SIQUEIRA, D.R. NELSON, and C.RODRIGUEZ-PEDRAZA. The colonist footprint: towards a conceptual framework of deforestation trajectories among small farmers in frontier Amazônia in C.D. Wood and R. Pooro, eds. Deforestation and Land Use in the Amazon, Gainesville, 2002.

BRONDIZIO. E. S. From staple to fashion food: Shifting cycles, shifting opportunities and the case of açaí fruit (*Euterpe oleracea* Mart.) of the Amazon estuary. Pages 339-365 in D. Zarin, ed. Working Forests of the American Tropics: Management for sustainable forests? Columbia University Press, New York, 2004.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. Rainforest Cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon. N.Y: Columbia University Press, 1997, 429p.

CASTRO, E. Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006. \_\_\_\_\_. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: Castro, Edna(org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2009, 352 p.

CASTRO, Edna M.Ramos de. Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008.

Corrêa, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.4, n3, jul./set.1987.

COSTA, S. M. F.; MONTOIA, G.; LIMA, V. M. Pequenas cidades do estuário do Rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. Revista Redes, v. 17, n. 2, 2012.

COSTA, S. M. F. et al. As cidades pequenas do estuário do rio Amazonas: crescimento urbano e rede sociais da cidade de Ponta de Pedras, PA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - SIMPURB, 11., 2009. Brasília: AGB, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo online. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acessado em 2012.

LARSON, RON; FARBER, BETSY. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA, 1997.

NAHUM, João Santos.O Uso doTerritorio Em Barcarena: Modernização e Ações Políticas Conservadoras.. [s/r]. Tese de Doutorado em Geografia, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas. São Paulo, 2006. New Delhi, India, A.P.H. Pub.Corporation. 149-156, 1998

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; Tavares, Maria Goretti da Costa (orgs). Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. SP: Hucitec /Educ, 1994.

TRINDADE JUNIOR, S.C.C. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. Revista IEB n50. Mar/ set 2010.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas - São Paulo: Editores Associados, 2002.